Atualização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e as obrigações de pagamentos dos contratos que se enquadram no escopo da norma, incluindo os contratos de parcerias agrícolas vigentes, apesar de possuírem natureza e características jurídicas distintas aos contratos de arrendamento, como um passivo. O ativo de direito de uso é apropriado ao resultado de acordo com a realização do contrato. O valor presente dos passivos é calculado de acordo com o saldo remanescente dos contratos, líquido de adiantamentos realizados. A taxa incremental utilizada equivale à taxa de juros real de empréstimos e financiamentos que tenham natureza semelhante, captados ou não pela Companhia. Contratos com vigência remanescente menor que 12 meses ou de valor material não foram enquadrados no escopo da norma. **2.22. Adiantamentos de clientes:** Referem-se, principalmente, à entrega futura de produtos, podendo ser prorrogados por um ou mais safra, mediante entendimento entre as partes. **2.23. Outras despesas operacionais, líquidas:** Compostas, principalmente, por provisões e/ou perdas relacionadas a processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários). **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** São continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas para o resultado do futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que agregam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas abaixo: a) **Valor justo dos ativos biológicos:** O valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxo de caixa descontados como é mencionado nas Notas 2.13 e 8. b) **Perda por impairment estimada do ágio e outros ativos:** A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de impairment de valores recuperáveis dos ágios e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Ativos imobilizados e intangível de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que foi atribuído o ágio inclui também o uso de estimativas e requer um grau significativo de julgamento da Administração. Para mais detalhes, vide Notas 2.11 (a) e 13. c) **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando-se os termos de vigor. Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente em qualquer momento de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudo de viabilidade técnica. d) **Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado por meio do uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. É utilizado a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, não negociados em mercados ativos. As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem, exceto quando o derivativo for designado e qualificado como hedge para fins contábeis na data da operação. e) **Revisão da vida útil recuperável do ativo imobilizado:** A capacidade de recuperação dos ativos ou sua utilização nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos parâmetros. f) **Provisão para contingências:** A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de jurisdição inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para mais detalhes, vide Nota 24. g) **Taxa incremental dos passivos de arrendamento a pagar:** A Administração mensura julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na execução do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotadas pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 14. **4. Impactos de novas normas e interpretações nas demonstrações financeiras e reapresentações das demonstrações financeiras:** **4.1. Novos pronunciamentos técnicos adotados:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de abril de 2022: **Aprimoramentos anuais - ciclo entre 2018 e 2020:** Em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual: (i) **IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. (ii) **IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** Altera o exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamento do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. **Alteração ao IAS 37/CPC 25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** Em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. **Alteração ao IAS 16/CPC 27 - Ativo Imobilizado:** Em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. **Alteração ao IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios:** Emiteida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. **IFRS 1/CPC 37 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros:** Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. **IAS 41/CPC 09 - Ativos Biológicos:** Remove a exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os atributos sobre o lucro ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim a exigência de avaliação do valor justo no IAS 41 com a de outras normas IFRS. As alterações e aprimoramentos mencionados acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **4.2. Novas normas e interpretações aplicáveis às demonstrações financeiras:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): **Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis):** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem o que significa um direito de postergar a liquidação, o que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório, que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação e ainda, que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2023. **Alterações ao IAS 8 - Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis):** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2023. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis):** Em fevereiro de 2020, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade de forma a divulgar políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao subjunto o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2023. **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis):** Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a aplicações temporárias tributárias e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. Entretanto, não é esperado impactos materiais para a Companhia pelas alterações mencionadas acima. Adicionalmente, não há outras normas IFRS/CPC ou interpretações IFRIC/ADPC, aplicáveis à Companhia, que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos em três meses ou menos, que são totalmente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

a) Caixa e equivalentes de caixa: **Rendimento anual 31/03/2023 31/03/2022**

Caixa e bancos - no Brasil	4.130	25
Aplicações financeiras: no Brasil:		
CDB	101,33%	237.540
Fundos de investimento	(i)	171.963
Compromissos		42.896
		9.023
		253.190
		223.882
		257.310
		223.907

(i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos e liquidez diários.

b) Aplicações financeiras: **Rendimento anual 31/03/2023 31/03/2022**

Valor justo por meio do resultado		
Fundos de investimento	(i)	2.201
		2.166
		2.201
		2.166

(i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos diários, vencimentos superiores à 3 meses e inferiores à 12 meses. **6. Contas a receber de clientes:** O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

Contas a receber - no Brasil:

- de clientes	27.649	13.638
- de partes relacionadas	10(a)	404
		244
		28.053
		13.882

Provisão para perdas de crédito esperadas:

- de clientes	(808)	(947)
	(808)	(947)
	27.245	12.935
	(26.199)	(6.860)
Ativo circulante		
Ativo não circulante	1.046	6.075

A Companhia não tem títulos cedidos ou garantidos. A exposição máxima de risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber de clientes. A análise do vencimento das contas a receber de clientes é como segue:

31/03/2023 31/03/2022		
Vencidos	25.993	11.793
- até 30 dias	623	-
- de 31 a 60 dias	593	-
- de 61 a 90 dias	2	-
- de 91 a 180 dias	813	-
- de 181 a 360 dias	-	594
- acima de 360 dias	429	1.495
	2.460	2.089
	28.053	13.882

A provisão para perdas de crédito esperada foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, as garantias reais para os débitos e, quando aplicável, negociações em andamento com base na avaliação dos assessores jurídicos. A provisão para perdas de crédito esperada é considerada suficiente pela administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber e a movimentação para os exercícios sociais findos em 31 de março de 2023 e 2022, estando assim demonstrada:

31/03/2023 31/03/2022		
Saldo no início do exercício	(947)	(947)
Adições	(712)	-
Reversões	851	-
	(808)	(947)

7. Estoques e adiantamentos a fornecedores: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização.

31/03/2023 31/03/2022

Produtos acabados e em elaboração	44.923	32.358
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar (i)	86.992	56.039
Adiantamentos - compra de insumos e outros	201	133
Custos a apropriar do período de entressafra (ii)	78.648	107.483
Almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção	35.165	25.337
Provisão para perdas nos estoques (iii)	(2.129)	(3.315)
	243.500	218.035
	(198.530)	(186.343)
Ativo circulante		
Ativo não circulante	44.970	31.692

(i) Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar estão relacionados aos contratos de parceria agrícola e fornecedores de cana-de-açúcar. A classificação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa da administração quanto à realização desses saldos, mediante a entrega futura de cana-de-açúcar desses parceiros. (ii) Referem-se a gastos com manutenção e depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, que serão apropriados no resultado da safra seguinte, conforme descrito na Nota 2.8. (iii) Os estoques de almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção consideram a previsão de utilização e consumo segundo a projeção de plantio e moagem do próximo ciclo. Em 31 de março de 2023 e 2022, os estoques apresentam-se deduzidos por perdas estimadas de realização e das provisões de estoques obsoletos e com giro lento. As movimentações das referidas perdas estão demonstradas abaixo e foram reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica "Custo dos produtos vendidos":

31/03/2023 31/03/2022		
Saldo no início do exercício	(3.315)	(1.253)
Adições	-	(2.062)
Baixas/Reversões	1.186	-
	(2.129)	(3.315)

A Companhia tem o objetivo de realizar a venda de seus estoques obsoletos via leilão. **8. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda. A mensuração do valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente: (a) Entradas de caixa obtidas por meio de cálculos que consideram: (i) produtividade da cana-de-açúcar na safra, medida em tonelada; (ii) nível de perdas de açúcar (Açúcar Total Recuperável ("ATR")) esperada para as safras futuras; (iii) valor do ATR por tonelada de cana, calculado conforme metodologia do CONSECANA (Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo), que leva em consideração o mix de produção, no mercado, de açúcar e etanol (hidratado e anidro) e os preços futuros esperados para cada um destes produtos; e (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a Colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola (passivos de arrendamento); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. Com base na estimativa de receitas e custos, determina-se o fluxo de caixa a ser gerado, considerando-se uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo são registradas como ativo biológico no ativo circulante tendo como contrapartida a conta "custo dos produtos vendidos" na demonstração do resultado. A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita da cana-de-açúcar. As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

31/03/2023 31/03/2022		
Área total estimada de colheita (ha)	40.517	44.207
Produtividade prevista (ton/ha)	81,82	68,59
Quantidade de ATR por ton, de cana-de-açúcar (kg)	131,46	128,60
Preço médio projetado de ATR (R\$)	1,1476	1,0213

Na demonstração financeira atual, a taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 10,21% a.a. (11,17% a.a. em 31 de março de 2022). O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras. A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita. Durante exercício findo em 31 de março de 2023, a Companhia revisou as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico, dos quais os principais impactos foram: (i) aumento dos custos agrícolas; e (ii) diminuição de preço do ATR médio, influenciado pelo preço do etanol e do açúcar *Very High Polarization* (VHP), em linha com o que vem sendo observado nos últimos meses, assim como pelo efeito da volatilidade do dólar americano. Como resultado, a valorização do ativo biológico em 31 de março de 2023 foi assim determinada:

a) Composição:

31/03/2023 31/03/2022		
Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ativo biológico (lavoura cana-de-açúcar)	460.976	(350.363)
Valor justo (lavoura cana-de-açúcar)	9.028	-
Ativo biológico (lavoura demais culturas)	1.596	(1.596)
	471.600	(351.959)
	119.641	133.718

b) Movimentação do ativo biológico:

31/03/2023 31/03/2022		
Cana-de-açúcar	Demais culturas	Total
Saldo inicial dos ativos biológicos	133.693	25
Aumentos decorrentes de tratos	110.588	-
Variação no valor justo	9.028	-
Reduções decorrentes da colheita (133.668)	(25)	(133.693)
	(88.399)	(1.596)
	(89.994)	-

Atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações e decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, os resultados das safras futuras poderão ser afetados, aumentados ou reduzidos. c) **Análise de sensibilidade do valor justo:** A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2023, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar; e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 22,44 (R\$ 20,727, em 31 de março de 2022). Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 14,879 (R\$ 15,822 em 31 de março de 2022).

9. Tributos a recuperar: **31/03/2023 31/03/2022**

Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS") (i)	66.543	29.493
Contribuição para financiamento da seguridade social - ("COFINS") (ii)	40.231	33.317
Programa de integração social - ("PIRS") (iii)	8.056	7.011
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF") (iii)	6.862	1.325
Instituto Nacional do Seguro Social - ("INSS") (iv)	806	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - ("CSLL")	-	27
Outros tributos a recuperar	98	405
	122.596	71.578
	(111.257)	(48.913)
Ativo circulante		
Ativo não circulante	11.339	22.665

(i) ICMS: Os créditos de ICMS a recuperar são oriundos, sobretudo, de créditos presumidos e outorgados concedidos pelos estados por meio de benefício fiscais vinculados a saída incentivada de etanol anidro e hidratado. Ainda, parte do aumento do saldo a recuperar advém de créditos outorgados de ICMS concedidos pelos estados por meio de Enenda Constitucional nº 123/2022, a qual conferiu o auxílio financeiro da União aos Estados e repassado aos produtores de etanol hidratado no período de agosto a dezembro de 2022. Com a intenção de utilizar os saldos acumulados de ICMS, a Companhia revisa periodicamente suas operações como forma de buscar maiores monetizações, seja pela mudança de mix de seus produtos, transferência entre estabelecimentos físicos, aquisição de máquinas e equipamentos com créditos tributários ou pedidos de ressarcimento. (ii) PIS e COFINS: Os saldos de PIS, COFINS e ICMS a recuperar advêm de transações mercantis, apropriados na aquisição de bens de ativo imobilizado e insumos de produção. O aumento de crédito de PIS e COFINS decorre, principalmente, em razão da alteração promovida pela Lei Complementar nº 192/22, a qual reduziu a 0 (zero) as alíquotas das respectivas contribuições sobre as vendas de etanol no período entre 23 de junho e 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, houve a edição da Medida Provisória nº 1.157/2023, publicada em 2 de janeiro de 2023, que prorrogou a redução até 28 de fevereiro de 2023 e, posteriormente, edição da Medida Provisória nº 1.163/2023, de 23 de fevereiro, a qual retornou a cobrança de forma parcial das contribuições do PIS e COFINS, entre 1 de março a 30 de junho de 2023. Com a expectativa de retomada da tributação integral do PIS e COFINS sobre a venda de etanol a partir de 1º de julho de 2023, a Companhia espera que sua realização de fato e próprio débito das respectivas contribuições, assim como a utilização na compensação com outros tributos federais, especialmente, o INSS sobre faturamento, e/ou pedidos de ressarcimento perante a Receita Federal do Brasil. (iii) Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF: Refere-se, substancialmente, a imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras e antecipações realizadas e serão ressarcidos ou compensadas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido a receber ou quaisquer outros tributos federais. (iv) Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS: Substancialmente, referem-se a créditos de INSS oriundos de superveniência, relativa à receita de vendas para a Zona Franca de Manaus e equiparadas a exportações. **10. Partes relacionadas:** A Companhia mantém saldos e realiza transações com sua controladora e outras partes relacionadas. Essas transações são realizadas no melhor interesse do Grupo Ativos como um todo e não necessariamente de uma entidade isolada. Os ativos saldos e operações são como segue:

a) **Resumo dos saldos com partes relacionadas:**

31/03/2023 31/03/2022		
Nota	2023	2022
Em contas a receber de clientes - mercado interno		
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	122
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(a)	282
Novonor S.A. e suas controladas ("Novonor")	(b)	244
		404
		244

Partes relacionadas

BIOCOM - Companhia de Bioenergia de Angola ("Biocom")	(b)	155
		155

Prov. Perdas de créditos esperadas

BIOCOM - Companhia de Bioenergia de Angola ("Biocom")	(e)	155
		155

Total no ativo circulante

Partes não relacionadas

Ativos Agroindustrial Investimentos S.A. ("Ativos Inv")	(d)	5.956
Ativos Agroindustrial Participações S.A. ("Ativos Par")	(d)	159,823
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(d)	59
		59
Total no ativo não circulante		201.478
No passivo circulante		182.136

Fornecedores

Ativos Agroindustrial Participações S.A. ("Ativos Par")	(a)	113
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(a)	23
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	550
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(a)	591
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro")	(a)	253
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco")	(a)	378
Novonor S.A. e suas controladas ("Novonor")	(b)	92
		34
		1.031
		1.761

Empréstimos e financiamentos

Soneva Energias Renováveis S.A. ("Soneva")	(f)	20.531
		20.531

Partes relacionadas

Ativos Agroindustrial S.A. ("Ativos")	(c)	13.640
Ativos Agroindustrial Participações S.A. ("Ativos Par")	(c)	3.145
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")	(c)	21
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(c)	52
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado")	(c)	2
Ativos Bioenergia S.A. ("Ativos Bio")	(c)	49
		13.817